

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 02/12/2011 Edição Nº 473

Lei Geral da Copa só deve ser votada em 2012

O projeto da Lei Geral da Copa deve ser votado no plenário da Câmara somente em 2012. Apesar do esforço dos integrantes da comissão especial que analisa o texto em atender a exigência da Federação Internacional de Futebol (Fifa), o PL 2330/11 não está entre as prioridades do governo para o fim do ano. Reunião dos líderes da base nesta quarta-feira (29) definiu as quatro propostas que serão votadas prioritariamente este ano na Câmara, e entre elas não está a Lei Geral da Copa.

“Não sabemos se haverá tempo para votar em plenário. Mas o projeto não é das prioridades do governo para o fim do ano”, afirmou o vice-líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), ao Congresso em Foco. As prioridades do governo, além do Orçamento 2012, são a proposta que cria a previdência complementar do servidor público, a celebração de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) – para envio de recursos do Brasil para o fundo – e a criação de um fundo de agricultura para o Mercosul.

Não são apenas estes quatro projetos que devem ser votados em plenário. Outras três medidas provisórias trancam a pauta da Câmara. Uma delas, que muda os limites de parques nacionais, perde a validade na próxima semana. No entanto, a intenção do governo é segurar ao máximo as votações de MPs para não sobrecarregar a pauta do Senado. Os senadores analisam a Proposta de Emenda à Constituição

(PEC) 61/11, que prorroga a Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 31 de dezembro de 2015.

Pronta para o plenário

O relator da Lei Geral da Copa, Vicente Cândido (PT-SP), no entanto, busca colocar a matéria entre as prioridades do governo para o fim do ano. Por isso, adiantou que vai apresentar seu parecer na tarde da próxima terça-feira (6/12). Dois dias, depois ocorreria a votação na comissão especial. Desta maneira, a matéria ficaria pronta para análise em plenário. “Tenho o compromisso do ministro Aldo Rebelo para votarmos a matéria até dezembro”, disse Cândido, fazendo referência ao ministro do Esporte.

Após a reunião da base, Aldo ligou para o líder do governo, Cândido Vaccarezza (PT-SP), e pediu celeridade na aprovação do PL 2330/11. O petista prometeu empenho ao titular do Esporte. “O Aldo ligou para mim pedindo para votar esse ano a Lei Geral da Copa, mas eu acho difícil votar, aprontar o projeto para ele vir para o plenário ser votado”, disse Vaccarezza.

Até a próxima semana, o relator terá que dobrar resistência de parlamentares de dentro da comissão para fechar um texto de consenso. Como temas ainda sem acordo, estão a liberação de bebidas alcoólicas dentro dos estádios de futebol e o tempo de validade para os vistos de turista e de trabalho. O projeto é uma das exigências feitas pela Fifa e aceitas pelo governo brasileiro para o país sediar a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014. Fonte: Congresso em Foco



Como não foi destacado como um dos temas prioritários do governo, José Guimarães considera que Lei Geral da Copa não será votada este ano

Nas páginas 02 e 03 veja como foi o Seminário Nacional “Vigilantes na Copa”



Seminário Nacional “Vigilantes na Copa”.



José Boaventura Santos, presidente da CNTV, os anfitriões Wellington Nascimento de Oliveira, presidente do SINDVALORES/CE e Geraldo Cunha, diretor da CNTV e presidente do SINDVIGILANTE/CE durante a abertura do Seminário.

A expectativa de surgirem 50 mil novas vagas para vigilantes atuar em nos grandes eventos que acontecerão no Brasil a partir de 2013: Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas, exige uma ação imediata da CNTV e Entidades com base de Segurança Privada na preparação dos profissionais para atender essas demandas, conforme exigência da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional (COI), que prevê que, em cada estádio, aproximadamente três mil vigilantes sejam responsáveis pela segurança. Eles serão treinados para atuar em conjunto com as polícias Federal e Militar.

Nesse sentido, a CNTV organizou, junto com o SINDVIGILANTES/CE E SINDVALORES/CE, o primeiro Seminário Nacional totalmente voltado a essa questão. O evento aconteceu dias 25 e 26 /11, em Fortaleza-CE, contando com a presença de 83 participantes, entre lideranças sindicais e vigilantes da base do Acre, Ceará, Distrito Federal, Pernambuco, Santos-SP, Rio Grande do Norte, Bahia, Amazonas e Maranhão.

O presidente da CNTV, José Boaventura, fez a abertura do evento abordando os objetivos do seminário e a importância de realização do mesmo para subsidiar as entidades com informações que resultem na tomada de ações para garantir a valorização da profissão a partir das oportunidades que surgirão com

os eventos que serão realizados no Brasil.

Essas ações precisam ser delineadas desde já, pois envolvem reformulação dos cursos de vigilância com melhor adequação às exigências da Fifa e Comitê Olímpico Internacional, alterações nas Convenções Coletivas de Trabalho com cláusulas que apontem para cursos de línguas para os vigilantes, entre outros.

Em seguida, foram abordados os seguintes temas:

‘O Papel da Segurança Privada nos Grandes Eventos e as Demandas Relacionadas à Qualificação dos Trabalhadores’ foi o tema da palestra proferida pelo Coordenador Geral da CGCSP/DPF Clayton Eustáquio Xavier. Que apresentou um painel elucidativo das questões que envolvem os vigilantes, iniciando sua palestra falando sobre a integração das forças públicas e da segurança privada, além do acordo Brasil/FIFA para a

realização da Copa de Mundo de Futebol de 2014.

De acordo com o modelo de segurança da Fifa, o Dr. Clyton colocou várias situações que podem ocorrer e qual seria o papel do vigilante na solução das ocorrências colocadas. Também falou sobre o curso de Extensão que será obrigatório para os vigilantes que atuarão em grandes eventos. O curso de extensão será fiscalizado pela Polícia Federal e tem como objetivo dotar o aluno de conhecimentos, técnicas, habilidades e atitudes que o capacitem para o exercício da atividade de segurança das pessoas e do patrimônio nos recintos desportivos.

A apresentação desse painel foi de grande interesse dos trabalhadores presentes, pois muitas dúvidas foram esclarecidas e também tivemos uma noção da amplitude do trabalho que teremos pela frente para atender às exigências de qualificação dos vigilantes.



Trabalhadores presentes puderam esclarecer dúvidas

Estrutura Organizacional

Para o sucesso dos eventos, defendemos a criação de uma estrutura organizacional prevendo uma série de ações para garantir o bom funcionamento e integração de todas as forças policiais e de segurança privada que estarão atuando, como por exemplo, citamos a recém criada Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, tendo como secretário José Ricardo Botelho que já começou a trabalhar na elaboração de projetos e normas que nortearão os trabalhos para esses eventos.

Também é importante que, nesses mesmos moldes, se crie uma coordenação para grandes eventos no âmbito da Polícia Federal.

A CNTV e entidades aguardam com ansiedade os novos procedimentos visando o aperfeiçoamento dos cursos de vigilante, com nova grade curricular, além das plastras e seminários que deverão acontecer em breve e que serão fundamentais para que possamos também, nos adequar a essa nova realidade, junto com a categoria.

Encerrando o primeiro dia, trabalhou-se o tema **'Segurança Privada – Treinamento e Qualificação'**, com a participação dos trabalhadores, capitaneada pelo Presidente da ABCFAV Francisco Lopes.

No dia 26/11 debateu-se sobre **'Experiências e Tarefas das Organizações Sindicais dos Vigilantes'**, com o Presidente do SINDVIGILANTES/CE Geraldo Cunha.

E As 'Regras Trabalhistas' foram apresentadas pelo Procurador do Trabalho Dr. Gérson Marques, Clovis Renato Costa Farias (COMSINDICAL OAB/CE), Sr. Milton Pimentel (SINDESP/CE), Sr. Jonas Duarte Silva (Advogado da CNTV).

O Dr. Gérson Marques abordou o contexto geral da situação dos vigilantes, apresentando sugestões de pautas para a negociação coletiva

dos trabalhadores, aptas a melhorar eventuais crises quanto antes, durante e após a Copa de 2014.

Clovis Renato destacou que o trabalhador precisa lutar todos os dias para manter os seus direitos. Para tanto, destacou o número de empresas, trabalhadores e o percentual proposto com o gasto pelo Governo do Estado do Ceará com vigilância, antecipando eventuais problemas que serão suportados pelos trabalhadores principalmente com relação aos responsáveis pelas negociações coletivas (Empresas, Governo, FIFA) e a garantia dos direitos.

Representando o SINDESP/CE, o advogado Milton Pimentel, destacou a situação das empresas clandestinas de vigilância com prejuízo às empresas e aos trabalhadores.

O Dr. Jonas Duarte Silva, CNTV, propôs a realização de uma Convenção Coletiva de Trabalho Nacional, assim como a implantação de segurança privada nos estádios já no Campeonato Brasileiro de 2013 e firmar convênios com os Ministérios do Turismo, do Trabalho e do Esporte para treinamento dos vigilantes.

Após os questionamentos dos trabalhadores, Clovis Renato (COMSINDICAL OAB/CE) propôs que fosse organizado um Fórum Específico com todas as categorias que serão envolvidas nas atividades da copa. Órgão privado, juntando os representantes das diversas categorias, coordenado pelo Dr. Gérson Marques, Vice Presidente nacional da CONALIS/MPT, na condição de representante do MPT. Tal órgão realizará debates, iniciados em 2011, que fundamentarão a elaboração de documento conjunto a ser apresentado aos órgãos e empresas responsáveis pela Copa de 2014 para cumprimento nacional. Contexto a ser repetido pelos trabalhadores nos demais estados.

Fonte: CNTV com informações do DPF e Clovis Renato Costa Farias
Comissão de Direito Sindical OAB/CE - Membro do GRUPE



**Coordenador Geral da CGCSP/DPF
Clayton Eustáquio Xavier.**



Jervalino Bispo, Secretário de Finanças da CNTV, José Boaventura, presidente da CNTV, Francisco Lopes, presidente da ABCFAV e Dr. Francisco da Silva Fragofo, advogado do Sindicato dos Vigilantes



Dr. Jonas Duarte, advogado da CNTV, Procurador do Trabalho, Dr. Gérson Marques, Geraldo Cunha, presidente do SINDVIGILANTES/CE, Dr. Clovis Renato Costa Farias (COMSINDICAL OAB/CE), Dr. Milton Pimentel (SINDESP/CE).



Dr. Gérson Marques - Procurador do Trabalho PRT-7ª Região/CONALIS-MPT



Dr. Clovis Renato Costa Farias (COMSINDICAL OAB/CE) e Dr. Milton Pimentel (SINDESP/CE)

Lei Geral da Copa enfraquece legislação brasileira

Estudo da consultoria legislativa do Senado mostra que o projeto que está em discussão afrouxa as regras do país, especialmente para permitir venda de bebidas nos estádios.

Durante todo o processo de discussão das regras que nortearão a realização da Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014, o discurso tanto do governo quanto das autoridades esportivas tem sido no sentido de garantir que a legislação federal brasileira será respeitada. Sobre os pontos mais polêmicos da Lei Geral da Copa, como a liberação da venda de bebidas alcoólicas nos estádios e o fim da meia-entrada para estudantes, o discurso de autoridades do governo e da Fifa tem sido no sentido de dizer que não há lei federal sobre esses temas. Um estudo da consultoria legislativa do Senado, obtido pelo Congresso em Foco, porém, aponta o contrário: a Lei Geral da Copa afrouxa, sim, a legislação brasileira, principalmente para permitir o comércio de bebidas alcoólicas durante os jogos.

A venda de bebidas está proibida nos estádios brasileiros desde o ano passado, conforme o Estatuto do Torcedor. E pode acabar liberada nos dois torneios organizados pela Fifa. Para isso acontecer, basta o Congresso manter a redação atual do inciso segundo do artigo 34 do projeto da Lei Geral da Copa, enviado em setembro pelo governo e atualmente em tramitação em uma comissão especial da Câmara.

A argumentação feita pela Fifa é que o Estatuto do Torcedor não veda claramente a venda de bebidas alcoólicas. O estudo do Senado, elaborado pelo consultor legislativo Alexandre Sidnei Guimarães, mostra que não é bem assim. Embora não fale especificamente de bebida alcoólica, o texto do Estatuto do Torcedor vai claramente no sentido de proibi-la. E o texto da Lei Geral da Copa claramente visa extinguir essa proibição.

No estudo feito a partir do pedido de vários senadores, Alexandre compara o artigo 13-A do Estatuto do Torcedor com o artigo 34 da Lei Geral da Copa. No texto que está em vigor, é colocado como uma das condições para entrar nos estádios “não portar objetos, bebidas ou substâncias proibidas ou suscetíveis de gerar ou possibilitar a prática de atos de violência”. A redação foi dada no ano passado, quando foi sancionada uma lei de autoria do deputado Arlindo

Chinaglia (PT-SP).

O projeto da Lei Geral da Copa diz apenas que a condição para entrar nos estádios é “não portar objeto que possibilite a prática de atos de violência”. No primeiro caso, ao mencionar bebida que pode incitar a violência, fica claro tratar-se de bebida alcoólica. No segundo caso, ao falar apenas de objeto, a referência clara passa a ser somente o porte de armas.

Na visão do consultor legislativo, a redação é um retrocesso na legislação atual. “A liberação implícita do porte (pela venda, óbvia) de bebidas alcoólicas é um retrocesso claro em relação ao Estatuto do Torcedor, somente podendo se justificar pelo fato de que um dos patrocinadores oficiais vem a ser uma marca de bebidas”, afirmou Guimarães. A marca Budweiser, cerveja americana produzida pela AB-Imbev, é patrocinadora da Copa do Mundo.

Desde o início das discussões na comissão interministerial responsável por elaborar o projeto, a liberação de bebidas alcoólicas se colocou como uma das principais polêmicas do texto. A posição do governo começou a ficar mais clara em julho. Na oportunidade, o então ministro do Esporte, Orlando Silva, admitiu a possibilidade de liberar a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa de 2014.

Em julho, o Congresso em Foco mostrou que o anteprojeto de Lei Geral da Copa já previa afastar alguns direitos e deveres previstos no Estatuto do Torcedor, que contém diversas exigências de segurança para os amantes da bola. Ao site, o membro do Plano Integrado de Ação no Futebol do Ministério Público de São Paulo (MPSP), Maurício Ribeiro Lopes, lembrou que o caderno de encargos da Fifa diz que os estádios devem prever um espaço para “cervejarias”.

Lei da Copa fala em rever Estatuto do Torcedor

Quando a proposta foi apresentada na Câmara, em 19 de setembro, começaram as críticas. A proposta tira a possibilidade de a Fifa responder por prejuízo causado aos torcedores durante as duas competições previstas para ocorrer em 2013 e 2014. Inicialmente, o projeto mantém em vigor o artigo 13-A do Estatuto do Torcedor. No entanto, com a redação dada pelo governo, o consultor do Senado entende que a lei está enfraquecida.

Liberação

A venda das cervejas nos estádios é hoje a principal polêmica na comissão especial. “Esse é um ponto quente em debate. Não chegou ao consenso, tem posições de todos os gostos. Desde o detalhamento da comercialização só na Copa até a liberação em geral”, resumiu o relator do projeto, Vicente Cândido (PT-SP). O petista, no entanto, discorda da avaliação feita pelo consultor do Senado. Para ele, a redação feita pelo governo endurece e restringe ainda mais a possibilidade de qualquer objeto, entre eles cervejas, entrar nos estádios.

Dentro da comissão, ele é o principal defensor da liberação das bebidas alcoólicas nos estádios. Torcedor do Corinthians e um dos vice-presidentes da Federação Paulista de Futebol (FPF), Vicente tem procurado fazer a interlocução entre os desejos da Fifa e as orientações do governo. Para isso, conversa regularmente com o secretário-geral da entidade, Jerome Welcke, e com o ministro do Esporte, Aldo Rebelo.

O relator do projeto é favorável à liberação total da venda de cervejas. Inclusive trabalha para aprovar uma mudança que seja permanente e não valha apenas para a Copa. Para o petista, a venda de bebida alcoólica pode ajudar os clubes a se financiar com a venda da marca dos estádios. “Se você proibir, você inibe que as empresas de bebidas, que são grandes promotores dos eventos esportivos, a comprar a marca de um estádio”, opinou.

Apesar de acreditar que já existe uma maioria dentro da comissão especial favorável à liberação das bebidas alcoólicas, o relator tem que superar a objeção de outros parlamentares, como Jonas Donizete (PSB-SP) e Vanderlei Macris (PSDB-SP). “A porta de entrada para as drogas muitas vezes é a bebida alcoólica. Temos que pensar bem nesta situação para a Copa”, disse Donizete durante a reunião de ontem (29) do colegiado.

Ingressos

Outra polêmica na Lei Geral da Copa era relativa à meia-entrada para idosos e estudantes. A proposta original estabelece que a Fifa é que terá a incumbência de estabelecer o valor dos ingressos. Porém, com a sugestão da entidade em criar uma nova categoria de ingressos, a questão perdeu força dentro da comissão. Ontem, o relator do projeto confirmou que serão colocados à venda aproximadamente 400 mil entradas.

Plano de segurança da Copa prevê ação até em greves

O Conselho de Ministros começa a discutir nesta sexta-feira o Plano Estratégico e o Plano Tático Nacional para a segurança na Copa de 2014. O projeto, inspirado na experiência das organizações das duas últimas edições do Mundial, na Alemanha e na África do Sul, e adaptado à realidade brasileira, prevê a criação de um Centro de Comando e Controle Internacional e a atuação dentro dos estádios de oficiais e até policiais estrangeiros. Está previsto também um plano em caso de paralisação dos trabalhadores do evento.

"Para situação de greve que em outros eventos não foi pensado, já há um plano de contingência", revelou José Ricardo Botelho, da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça. A previsão é que o plano seja aprovado pelo governo ainda neste mês, para que, então, seja executado.

O secretário explicou que serão convidados para o Centro Internacional, a ser instalado no Rio, 10 representantes de cada um dos 31 países participantes da Copa, 10 representantes de cada país que faz fronteira com o Brasil, mas que não participará da competição, e 10 representantes de cada nação considerada "estratégica" para a segurança do Mundial no Brasil. O objetivo é que, por meio dessa cooperação policial, a segurança brasileira possa evitar a entrada de visitantes indesejados, como os violentos hooligans. "Teremos acesso a diversos sistemas para evitar que essas pessoas cheguem ao País", contou Botelho.

Segundo o secretário, os aeroportos brasileiros terão acesso ao sistema 24 horas da Interpol, que reúne informações de 188 países, para controlar a entrada dos visitantes. "Posso garantir que esse país está se preparando da melhor maneira possível com o que há de mais moderno para os grandes eventos", reforçou.

Nos estádios, além da segurança

privada e da segurança pública, policiais dos países que estiverem disputando a partida vão circular com seus uniformes entre os torcedores. "Nós deslocaremos pessoas dos países que vão jogar, mas eles não poderão usar armas", disse Botelho.

Por ser um evento internacional envolvendo países que são alvos de atentados terroristas, a Secretaria vem discutindo um relatório da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) de análise de risco. "São situações previstas que serão mitigadas", ressaltou o secretário. Embora os policiais brasileiros não tenham experiência em situações de ataque terrorista, Botelho garante que o Brasil estará preparado para as mais diversas situações, passando do combate à pedofilia, prostituição, tráfico de drogas e torcidas organizadas e chegando até a ações de grupos internacionais. "O fato de o País não ter um episódio específico não quer dizer que o País não estará preparado. O País tem pleno conhecimento do que está acontecendo no mundo", garantiu.

Estarão sob o comando da Secretaria todas as forças de segurança (das Forças Armadas às polícias Civil, Militar e Rodoviária), a Defesa Civil, os Bombeiros e as concessio-

nárias de serviços dos 12 Estados que sediarão jogos da Copa. Cada um terá uma atribuição determinada no evento e todos estarão sob a chefia dos 14 centros fixos de controle integrado (12 nas cidades-sede, um QG em Brasília e seu backup no Rio). Serão montados centros móveis em ônibus e microônibus, que serão responsáveis pela segurança em locais de grande concentração de torcedores (estádios e pontos de transmissão de jogos).

O governo brasileiro pretende começar a treinar, a partir de meados de 2012, 53 mil policiais. Alguns cursos de capacitação, como ação em desastre com vítimas, treinamento para policiais especializados em explosivos e curso para negociadores, já foram realizados este ano. "Não há nada lá fora que não possamos ter aqui dentro", ressaltou Botelho.

Fonte: ESPN.com.br com agência Estado

MUNIÇÃO ANTITERROR

Sob a coordenação da Polícia Federal, um esquema de segurança preventiva já fiscaliza as obras dos estádios nas 12 cidades-sede

Os peritos usam robôs simuladores, cães farejadores e equipamentos de alta geração para detectar artefatos

Uma central internacional de operações vai comandar um aparato de 70 mil homens e estará integrada a polícias e agências antiterror de 188 países

Exército, Marinha e Aeronáutica controlarão fronteiras, costa e espaço aéreo

Os 30 mil operários envolvidos nas obras vão alertar a polícia sobre pessoas ou movimentos suspeitos nos estádios em construção

Os estádios serão entregues à Fifa, livres de riscos e com o selo de segurança, atestando a blindagem



Venda de vagas de vigilantes no Distrito Federal: Ministério Público investiga empresa que presta serviços para a UnB

Uma empresa que presta serviço de vigilância para a Universidade de Brasília (UnB) passa por investigação no Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal. Entre as denúncias, feitas de forma anônima pelos funcionários, há relatos de uma suposta venda de vagas para contratação de vigilantes. O valor seria de R\$ 4 mil para garantir as contratações, que já estariam previstas em lei.

Além disso, alguns funcionários alegam estar sendo vítimas de perseguição, sofrendo discriminação por gênero e testemunhando demissões injustas.

De acordo com uma funcionária, que preferiu não se identificar, o esquema de venda de vagas estaria acontecendo na universidade desde 2009, quando a atual empresa venceu a licitação para realizar o serviço.

“Foi quando começou também a discriminação por causa de gênero. Eles contrataram apenas homens. Foram necessários protestos dos estudantes para que as mulheres tivessem seus empregos de volta”, lembra uma funcionária.

“Eu me lembro que, quando houve o processo de licitação, disseram que a gente não ia perder nossos empregos. Foi quando um dos chefes da segurança me informou que eles poderiam colocar quem quisessem no meu lugar, mas que eu poderia garantir a minha vaga pagando R\$ 4

mil para isso”, denunciou ao MPT outro vigilante da UnB. “Entrei em pânico. Não tinha o dinheiro e não podia perder o emprego. Então eu vendi minha moto para comprar meu emprego”.

Mesmo comprando a vaga, o homem foi demitido seis meses depois. “Ao me demitirem, disseram que eu teria os R\$ 4 mil de volta. Mas nunca me pagaram”.

O procurador do Trabalho Adélio Justino Lucas, que investiga o caso desde setembro deste ano, considera as denúncias gravíssimas. “É uma questão bastante grave. Fere a Constituição e também a dignidade do trabalhador”, opinou o procurador.

Continuidade garantida

Lucas explica que, no processo de licitação para o serviço de vigilância na UnB, há uma cláusula que garante a continuidade dos antigos funcionários nas funções desenvolvidas por pelo menos seis meses. “O que não pode acontecer é eles cobrarem para dar um emprego para a pessoa, ainda mais porque ela já tem direito a esse emprego, e demitir seis meses depois para vender a vaga para outros. Se isso estiver de fato acontecendo, é uma prática condenável, que deve ser combatida e desestimulada”, enfatizou.

O procurador explica que as denúncias ainda estão em fase de apuração. Testemunhas estão sendo ouvidas e dados estão sen-

do coletados. O nome da empresa não foi citado porque não houve conclusão das investigações.

Fonte: Jornal de Brasília com acréscimos
Foto: Minervino Júnior



O procurador do Trabalho DR. Adélio Justino Lucas considera as denúncias muito graves.

Considerações da CNTV:

O Sindicato dos Vigilantes do DF já havia feito essa denúncia durante sessão solene, alusiva à categoria, no plenário da Câmara Legislativa. Na ocasião o deputado distrital e diretor da CNTV, Chico Vigilante e o presidente do SINDESV-DF e também diretor da CNTV, Jervalino Bispo, falaram da dificuldade em reunir provas, mas que esta situação realmente estava acontecendo e que o SINDESV estava investigando.

Este fato é uma imoralidade sem tamanho e caso as denúncias sejam comprovadas, a empresa, ou quem quer que esteja vendendo essas vagas, ganhando dinheiro à custa do sofrimento do trabalhador, devem ser punidos exemplarmente.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV - José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação - Edilson Silva Pereira
Jornalista: Walkiria Simões
Projeto gráfico e diagramação: Walkiria Simões



site: www.vigilantecntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-8143
SDS edifício Venâncio Junior Térreo loja 09-11
Cep: 73.300-000 Brasília - DF